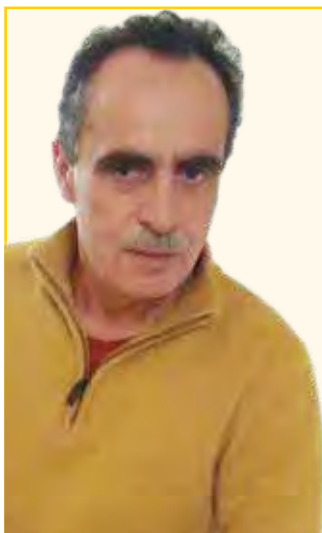


Destaque

Portugal quer aumentar grau de auto-provisionamento do milho para 50%

Págs. 6 e 7



ÁLVARO DOMINGUES, GEÓGRAFO, PROFESSOR NA FAUP E AUTOR DE LIVROS COMO "VIDA NO CAMPO" E "VOLTA A PORTUGAL", CONSIDERA

"Há uma crise de valor na floresta"

Págs. 2 a 4

Editorial



TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Geografia da Agricultura

Cuidado com as palavras. Floresta não quer dizer sempre a mesma coisa e, por isso, fazer generalizações à volta de um conceito pode levar a erros graves. O mesmo pode suceder com a ideia de Geografia, a ciência que estuda o espaço humano nas suas várias vertentes física, biológica e humana, mas que vai muito além dessa função e também se dedica a analisar a relação entre os aspetos físicos, biológicos e humanos do planeta Terra.

Arriscámos o improvável. Desafiámos para uma entrevista o geógrafo e professor da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (FAUP) Álvaro Domingues, que centra a sua investigação e atividade docente na geografia humana, na paisagem, no urbanismo e nas políticas urbanas.

Pedimos-lhe que traçasse uma 'ponte' de reflexão para as questões da coesão territorial, do (re)ordenamento florestal, dos incêndios do último verão e da reforma da floresta que o Governo tem em curso. Tudo, a partir da escrita vertida no seu último livro "Volta a Portugal", que já vai na segunda edição.

O inusitado resultado, que está nas vossas mãos com a presente edição deste "AgroVida", tem tanto de surpreendente como de enriquecedor. Álvaro Domingues não teme o politicamente incorreto e tem o desconcertante poder de nos fazer descer à terra, nos obrigar a desconstruir imagens, conceitos e argumentos e de, à roda disso, descortinar soluções onde elas por vezes escasseiam ou nem sequer as víamos.

E se, à primeira vista, Geografia pouco ou nada pode ter a ver com Agricultura, fiquem a saber que as fronteiras também aqui se esbatem e que, afinal, a globalização não são só ervilhas, computadores e automóveis que circulam no mundo, mas que as madeiras e a pasta de papel fazem crescentemente parte desse processo.

Desfrutem. Esta é uma viagem singular da Geografia pelo denso território da Agricultura.

Destaques

Portugal exporta 8000 toneladas de pera rocha para o Lidl da Alemanha

Pág. 5

Portugal acolhe encontro de empresários do agroalimentar da CPLP

Pág. 8

ÁLVARO DOMINGUES, GEÓGRAFO, PROFESSOR NA FAUP E AUTOR DE LIVROS COMO “VIDA NO CAMPO” E “VOLTA A PORTUGAL”, CONSIDERA

“Há uma crise de valor na floresta”

Álvaro Domingues, geógrafo, docente da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (FAUP) e autor de livros como “Vida no Campo” e “Volta a Portugal”, considera que o setor florestal em Portugal não tem valor económico para a maioria dos seus proprietários. Aliás, muitos deles vivem “numa economia assistida” e num “país despovoado”, “em perda” e “envelhecido”, onde a economia da floresta não tem “centralidade”. Se tivesse, diz, “andava muito mais vigiada” e “era foco de outras atenções”, porque “as coisas de valor, a gente sabe onde é que estão e onde estão registadas”. Em entrevista à “Vida Económica” a propósito do seu último livro - “Volta a Portugal” -, Álvaro Domingues reflete sobre o percurso do país nas últimas décadas até chegar aqui e aos incêndios do último verão. Defendendo há muito que “o cadastro é uma prioridade” e que se devia “saber mais coisas sobre qual a verdadeira importância económica da floresta”, este especialista em território é pessimista. “Há uma crise de valor na floresta”. “E não é com eucalipto e pinheiro bravo que se resolve essa crise de valor”.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Vida Económica – Portugal tem uma área de floresta que ocupa cerca de 39% do território (mais de 3,4 milhões de hectares de área), sendo que 85% é privada, 3% é do Estado e 12% são baldios. Fala-se muito da falta de coesão territorial e começo por lhe perguntar até que ponto é que a floresta pode ser um fator de coesão territorial? E devemos aproveitar a reforma do setor florestal que o Governo está a fazer para promover essa coesão?

Álvaro Domingues – Antes disso, um vício que tenho por ser professor: as palavras. Referiu-se a uma palavra genérica – floresta – como se fosse uma coisa que significa sempre a mesma coisa.

VE – E não é assim?

AD – Pois, não é assim. A primeira coisa é saber o que é a floresta.

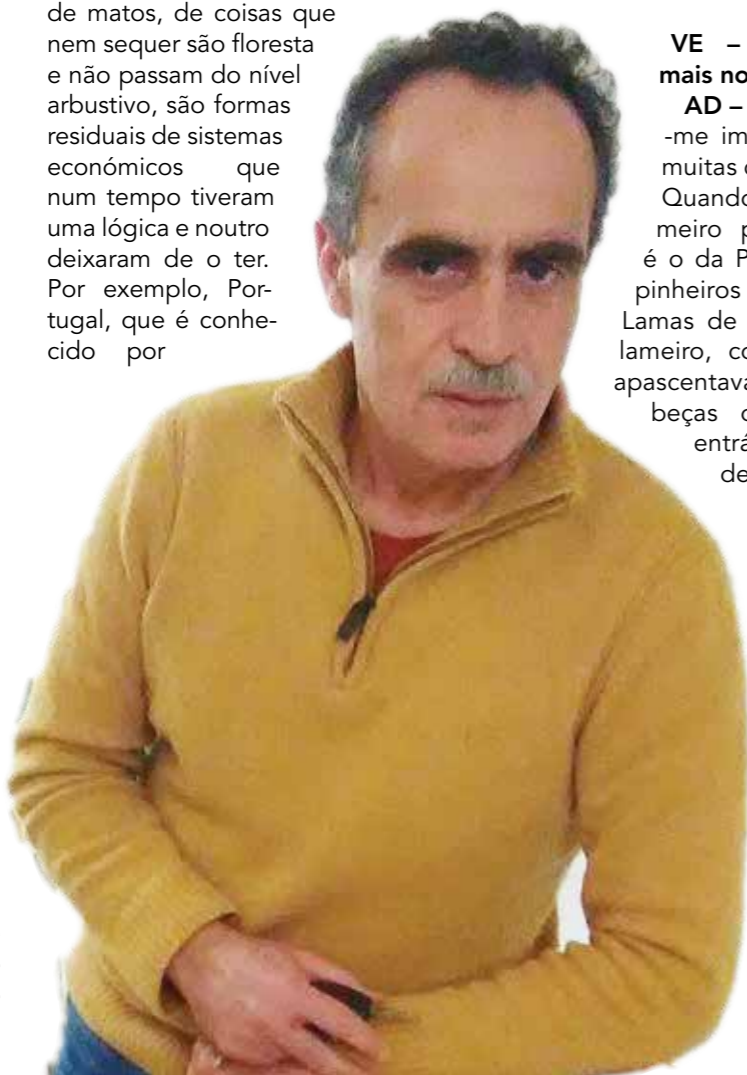
VE – E então o que é a floresta?

AD – O relato mais certo que tenho sobre a floresta é do Capuchino Vermelho. Ou seja, são versões oníricas em que a floresta é um mundo sombrio, desconhecido, povoado por seres reais, fantásticos. A versão tecnocrata é a versão enquanto floresta de produção. Ou seja, é uma floresta de mono-espécie com determinados objetivos. Por outro lado, se falarmos com um biólogo, a floresta é provavelmente a formação vegetal de maior complexidade que nós conhecemos, seja nos ecossistemas equatoriais – floresta amazónica, por exemplo, ou, genericamente, a floresta húmida tropical – ou outro tipo de

florestas com menos riqueza florística e outros contextos. Portanto, a primeira coisa que devemos pensar é o que queremos dizer quando usamos a palavra ‘floresta’.

VE – Porquê?

AD – Porque, se não pensarmos nisso, estamos a incorrer em erros muito grandes. Para a maior parte dessas coisas, não temos estatísticas. A maior parte são terrenos marginais, muitos dos baldios são terrenos de topo de montanha, terrenos de afloramentos pedregosos, que não passam de matos, de coisas que nem sequer são floresta e não passam do nível arbustivo, são formas residuais de sistemas económicos que num tempo tiveram uma lógica e noutro deixaram de o ter. Por exemplo, Portugal, que é conhecido por



“A produção florestal no país, na maior parte dos casos, corresponde a economias residuais. Sempre foi assim. A floresta não servia para mais nada”

ser um país que entrou na modernidade muito tardiamente, teve sistemas de exploração da terra muito tradicionais, em que a floresta fazia parte da exploração da madeira ou das pastagens do corte dos matos e de complexos sistemas de produção agrícola. Sabemos que foi no Estado Novo que entrou na ditadura portuguesa uma certa tecnocracia florestal, dando como adquirido que tudo aquilo que não tinha ocupação agrícola devia ser florestado e que a floresta devia ser racionalmente organizada, para que tivesse uma finalidade e que fosse uma fileira económica que ia desembocar nos aglomerados de madeira – há-de lembrar-se do sucesso da Tabopan, por exemplo – e acabar na pasta de papel. Inclusivamente, creio que o próprio

relatório dos americanos que acompanhava o Plano Marshall dizia que Portugal devia desenvolver a fileira da pasta de papel e isso explica a força com que o setor do papel entra em Portugal. Entretanto, a chamada floresta climática, a floresta espontânea, do clima atlântico – não falo agora do sobreiro e das formações vegetais do sul –, pelos vistos, essa ninguém lhe ligou muito. Dos carvalhos, dos castanheiros, genericamente das folhosas e de árvores que hoje têm muito mais valor do ponto de vista do seu uso industrial no setor do mobiliário, por exemplo.

VE – Apostámos muito mais no eucalipto, não foi?

AD – E no pinheiro. Doe-me imenso, porque houve muitas conversas lá em casa. Quando o Estado faz o primeiro parque natural, que é o da Peneda-Gerês, planta pinheiros nórdicos [risos] em Lamas de Mouro, que era um lameiro, comunitário, onde se apascentavam milhares de cabeças de gado. Portanto, entramos num processo de plantio de pinheiro e depois de eucalipto de uma forma um bocado anárquica. Em parte sim, porque havia uma procura constante dessas madeiras, sem pensar muito bem na perigosidade que isso tem, porque nós estamos naquela faixa que vai da Califórnia, que passa por Portugal, que corresponde aos climas

mediterrânicos. E estamos numa zona de imenso risco de incêndio. O nosso clima oscila entre épocas húmidas – para já é um clima muito suave, não é de extremos – e as épocas húmidas favorecem, como dizem os técnicos, a produção de biomassa, ou seja, o aumento do sub-bosque. Depois, no verão, há períodos de calor e agora com as mudanças climáticas ainda são mais incertos. Portanto, isto é uma bomba sempre presente. E a gente sabe que, por muitas medidas que haja, o problema é o incêndio progredir até uma certa dimensão porque, a partir dessa dimensão, é quase incontrolável.

VE – Ou seja, se não tivéssemos apostado tão intensivamente na plan-

tação de eucaliptos, talvez os últimos incêndios não tivessem tido aquelas proporções?

AD – Se ela fosse mais descontinua. Mas não estou a falar dos aceiros, porque um incêndio ultrapassa com a maior das facilidades uma autoestrada e o aceiro nem sequer é tão largo como uma autoestrada.

VE – Mas talvez os incêndios não se propagassem com tanta intensidade nem queimassem áreas tão extensas.

AD – Que é o que nós vemos aqui no Norte litoral. O Norte litoral de Oliveira de Azeméis até Viana do Castelo está todo intensamente urbanizado, as manchas florestais são muito recortadas e, por outro lado, a proximidade de gente a morar está em todo o lado. Nunca chega a haver grandes incêndios, não é? Agora, em sítios como no pinhal interior norte e sul há um contínuo incrível. A gente anda quilómetros e quilómetros com coberto florestal, num relevo impossível, numa área que não chega a ser bem montanhosa e que é sobretudo de colinas, substrato rochoso, xisto, vales muito apertados. Portanto, é fácil um incêndio saltar de uma encosta para a outra, não estamos propriamente numa zona plana e, mesmo essa, não foge à perigosidade do incêndio. Isso viu-se no pinhal de Leiria, por exemplo. Não foi o facto de ser plano, de estar cheio de aceiros e de ser facilmente acessível por variadíssimas estradas e caminhos que facilitou o combate ao incêndio. Antes pelo contrário. Aquelas temperaturas absurdas, o vento, a maneira como o fogo se propaga pelas copas das árvores, quem percebe tecnicamente o que é um incêndio no terreno e onde ele se manifesta sabe que, atingidas determinadas proporções, se originam fenómenos de turbulência e de temperatura que são quase incontroláveis.

VE – E face a isto sobre que é que se interroga mais?

AD – Há uma questão que me põe mais dúvidas para futuro e que é uma equação económica, de facto.

VE – Qual é?

AD – É: como é que uma especialização em árvores de valor económico muito baixo, como é o eucalipto e o pinheiro, vão ter viabilidade económica suficiente para suportar um processo de florestação que se pague a si próprio e em que se diga ‘eu vou investir seriamente na limpeza da mata, na manutenção, etc., etc., porque sei que, quando vender a madeira, tenho um retorno desse capital’. Chegamos a uma situação em que esse retorno deixou de existir. E, lá está, o nosso desconhecimento estatístico da questão. Nós não sabemos como se distribuem os produtores, qual é a real importância da madeira na sua estrutura de rendimento. Por exemplo, em Melgaço não conheço ninguém que viva da madeira. Vivem quase por inércia. Eu também tenho montes que o meu pai me deixou e cheguei a uma situação em que já nem sequer paga o

dinheiro que é preciso para ir buscar os eucaliptos. O valor deles não paga o trabalho de os ir buscar, porque estão em topografias impossíveis, é preciso ir lá cortá-los, arrastá-los com correntes. É completamente diferente daquelas explorações em que é tudo planinho e uma máquina e um homem fazem um trabalho todo, não é? A máquina tem aquela espécie de robô que corta, des-casca, parte aos bocados, põe em cima do camião, tira-se-lhe essa prótese e põe-se outra e ela limpa o terreno. Só com formas de exploração desse tipo é que há alguma rentabilidade do setor. Mas, para ter isso, é preciso condições muito especiais e, eventualmente, empresas com capacidade para serem verdadeiros gestores florestais.

VE – As ZIF – zonas de intervenção florestal –, que o Governo incentivou a criar e para as quais até fixou incentivos fiscais, parecem-lhe uma boa ideia?

AD – Como não sou especialista, só posso falar pelo que conheço. As ZIF que eu conhecia claro que tinham uma metodologia e objetivos comuns em termos da tal chamada exploração racional dos recursos florestais. Só que depois encontravam parceiros completamente diferentes. A junta de freguesia que gere um baldio tem uma expectativa. Eu, que tenho meio hectare encravado no meio de não sei quantos, tenho outra. E as ZIF não têm assim tanta margem de manobra para dizer ‘não, não, isto é como se fossem 3000 hectares todos meus e eu vou-lhes aplicar a mesma lógica’. Não, não é bem assim.

“A fileira florestal em Portugal está por inventar”

Não sendo com o eucalipto ou o pinheiro bravo que se resolve a crise de valor da floresta em Portugal, então que outras espécies é que poderíamos plantar para valorizar o setor florestal?, perguntámos a Álvaro Domingues.

A resposta é pronta. “Tomáramos nós que elas [outras espécies] se dessem bem. Para já, elas não cabem na nossa faixa climática e depois estão, como em França, em ótimos solos que a agricultura já abandonou há que séculos”, diz o autor de “Volta a Portugal”. Ou seja, “quando essas economias e essas sociedades deixaram de ser rurais e de ter a maior parte da sua economia assente na agricultura, muitos solos que eram de culturas de cereais e que sempre o foram durante séculos passaram diretamente para a floresta. E eu não acredito que a gente tenha assim tanto solo tão bom como aquele onde os carvalhos franceses estão plantados em França e que dão aquela madeira lindíssima para tudo. Os nossos terrenos bons do ponto de vista da sua fertilidade ainda estão com coisas que não são árvores – são vinhas, oliveiras –, não estão na fileira florestal. E estão na fileira florestal terrenos marginais. Aquilo das areias do pinhal de Leiria é o que é”.

Então, isso quer dizer que a fileira florestal em Portugal não tem potencial económico?, inquirimos. “Temos que a inventar. Ela está por inventar”,

“A junta de freguesia que gere um baldio tem uma expectativa. Eu, que tenho meio hectare encravado no meio de não sei quantos, tenho outra. E as ZIF não têm assim tanta margem de manobra”

VE – Mas havendo incentivos fiscais para que os produtores florestais se associem às ZIF e, com isso, estas ganhem forma, não será possível intervir de uma outra forma?

AD – Sim, mas isso se a produção florestal significar um rendimento que é muito importante para a minha vida. Eu acho que não. A produção florestal no país, na maior parte dos casos, corresponde a economias residuais. Sempre foi assim. A floresta não servia para mais nada.

VE – Sabemos que 85% da área florestal é privada e, como diz, para a maioria dos proprietários dessas parcelas, elas não são rentáveis. Como é que as tornamos rentáveis?

AD – Não sei. Primeiro, precisamos de conhecer. Eu sou daqueles que pensam que o cadastro é uma prioridade, que se devia saber mais coisas sobre qual a verdadeira importância económica da floresta. Desses produtores todos, eu precisava de saber que percentagem – e acredito que só preciso de um dígito – é que, não diria está dependente, mas para quem esse rendimento é muito importante na

sua estrutura de rendimentos. Porque se eu olhar para aquilo que foi o tal processo de desruralização, portanto, o fim da agricultura tradicional, de pequena escala, familiar, de autoconsumo, etc., e o modo como não se fez a modernização desse setor, eu vejo que a maior parte dessas populações que vive nesse país mais despovoado, mais em perda e mais envelhecido vive sobretudo numa economia assistida. Emigraram durante décadas e estão neste momento a viver de pensões, de reformas, de poupanças e não acredito que a economia da floresta tenha essa centralidade. Não tem. Se tivesse, provavelmente a coisa andava muito mais vigiada, era foco de outras atenções. Sabe?, eu não encontrei nada que me convenesse. O diagnóstico não está bem feito.

VE – Quando no final do ano passado o Governo abriu as candidaturas aos apoios relacionados com os incêndios muitas pessoas não conseguiram formalizar os pedidos, por um lado porque as suas parcelas não estavam registadas e, por outro, porque não residiam nas zonas afetadas, estavam (e)migrados.

res pluviosidades ali para a zona do Gerês”. O país, diz, está “em transição entre climas nitidamente atlânticos e climas mediterrânicos já com uma dose de secura bastante grande”. Portanto, “aquilo que é verdade para sobreiros



ou aquilo que é verdade para cobertos florestais com o único objetivo de proteger o solo é completamente diferente das areias do pinhal de Leiria ou dos cumes da serra da Gardunha.

Ponto final”. “E o que é a floresta?”, pergunta. “São as cerejeiras do Fundão?”, volta a perguntar.

Afirmamos que Portugal tem uma escala muito reduzida comparativamente com outros países e este geó-

grafo contrapõe que essa pequena escala e a sua diversidade “podiam ser uma vantagem”, mas a verdade é que “temos uma visão centralizada das coisas”.

(Continua na página seguinte)

“Nunca vi nenhum banco de terras a funcionar”

(Continuação da página anterior)

VE - A escala reduzida do nosso território e, ao mesmo tempo, a nossa diversidade são conciliáveis com rentabilidade económica?

AD – Claro que são. Já há muito tempo que as teorias económicas diziam que as economias de escala implicavam dimensões absurdas. Até houve um senhor [E. F. Schumacher] que escreveu um livro que se chamava ‘Small is Beautiful’, em 1961. A gente sabe que eu posso produzir Alvarinho, por exemplo, e que a rentabilidade de um hectare de Alvarinho é igual, por quilo de uva, numa exploração de um hectare ou numa de 20. Onde está o valor acrescentado? Está no engarrafamento. Como é que uma pequena exploração de meio hectare pode fazer parte de um engarrafamento? Pode ser através de uma cooperativa. Ou tu fazes um contrato de exploração de uvas para o teu vizinho. Lá está, estamos-nos a enganar com generalizações, com palavras de sentido vago, provavelmente quando a situação nos exige um pensamento muito focalizado e provavelmente mais pensável à escala local. Tudo isto para perceber, com estes produtores, com estes montes, com estas planícies ou estas areias ou esta pedra ou este solo muito bom, regado ou não regado, o que é que podemos fazer aqui. Admito que haja padrões genéricos – do género ‘qual é a rentabilidade esperada de uma fileira?’ –, mas, depois, quando vou ver as condições práticas, saberei que as soluções vão ser locais. Por exemplo, nos baldios é assim. Eu sou de uma freguesia de Melgaço. E aquilo que é verdade para uma freguesia que tem uma mina de ouro que se chama eólicas deixou de ser verdade para outra que até tem uma área maior, mas não tem eólicas. Ou seja, insisto com aquela pergunta do início ‘de que é que falamos quando falamos de...?’. E depois coloca-se a questão de saber quando é que teremos maior capacidade de desenhar as soluções políticas ao nível

local sem cairmos na esquizofrenia do ‘ou é Lisboa ou é o município’. Tem de haver um conjunto de vasos comunicantes que funcione melhor, porque com as comissões de coordenação regional esvaziadas de poder ou praticamente condenadas a serem uns ‘guichets’ para meter uns projetos comunitários e serem politicamente nulas porque não têm legitimidade política – não são eleitas –, perdeu-se ao nível regional a possibilidade de ter um corpo técnico capaz de ter alguma visão política e algum acompanhamento no terreno para escalas supramunicipais.

VE – A regionalização é uma solução?

AD – Não se gosta desse nome, chamemos-lhe outro qualquer.

VE – Não se gosta desse nome?

AD – Não. É sempre problemático quando aparece. Em vez de se discutir o que se deve discutir, nascem uns fantasmas de repente e lá se vai tudo atrás dos fantasmas. Um discurso baseado em ‘se’ e em suposições e tal, parece que nada acerta. Os próprios partidos ou têm as concelhias ou têm as distritais ou as nacionais, que nem sequer batem certo com aquela escala. Fala-se em associativismo municipal e aquilo politicamente também é zero, porque nas associações de municípios não há uma eleição direta, não há um orçamento próprio, há uma rotação de presidentes de câmara. Em termos de geometria do poder local, se eu sou eleito para o meu município não vou trazer coisas boas para o município do lado. Isso não tem lógica, politicamente. Querem que eu seja muito colaborador se eu

não tenho cartografia política para gerir essa colaboração. Então, este excessivo distanciamento ao nível político e administrativo, entre o local e o central, criou aqui um buraco no meio. A floresta, porque tem uma componente biofísica muito grande, tem uma geografia muito complicada. Não é uma geografia administrativa, é uma geografia física. E precisava de encontrar uma geografia político-administrativa que se lhe adaptasse.

VE – O Governo aprovou, num conselho de ministros extraordinário, a 21 de março de 2017, um conjunto de diplomas que pretendem ser uma reforma para a floresta (banco de terras, fundo de mobilização de terras, sistema de informação

ção



dastral, regime jurídico das entidades de gestão florestal, incentivos fiscais para as ZIF, etc). Entretanto, já este ano, aprovou várias outras. Parecem-lhe fazer sentido, estamos no caminho certo ou esta não é, de todo, a reforma que nós precisamos?

AD – Nós temos uma longuíssima tradição de, a propó-

sito do que quer que seja, fazer leis. Quase que um tique do tempo do iluminismo, em que havia um poder absoluto e, portanto, a vontade política traduzia-se, entre outras coisas, por fazer um caderno de encargos e acreditar que, estando aquilo feito, estava o resto feito. Depois era só pôr aquilo a andar no terreno. Ora bem, o problema é exatamente pôr aquilo a andar no terreno, porque bancos de terras eu já ouço falar desde que sou aluno de Geografia. Nunca vi nenhum a funcionar. Só vi microbancos de terra. É sempre a mesma questão.

VE – Porque é que diz isso?

AD – Se eu tiver um motor económico que está a funcionar, ele próprio vai facilitar as soluções que a lei preconiza em abstrato. Se esse motor não funcionar, pode haver ali uma pilha de leis, que não só não vão funcionar como se vão atrapalhar umas às outras. Portanto, eu volto atrás. Se a equação é económica, qual é a santíssima árvore ou magote de árvores, desde as cerejeiras até às não sei quantas, e com que objetivos? Porque eu já sei que uma boa parte desses terrenos nunca terão viabilidade do ponto de vista económico tal como nós pensamos habitualmente essa racionalidade e que, provavelmente, aí as prioridades vão ser questões de gestão de água, questões de favorecer cobertos do solo para evitar a erosão, questões de política de atração para o turismo, são coisas completamente fora da plantação e do corte da madeira, noutros serão políticas de proteção da natureza e noutros será mesmo floresta monoespécie. Portanto, é preciso fazer a geografia disso. Sim, com certeza que é bom que se tenham os instrumentos legais e se tenham incentivos fiscais e que tenhamos mais algum dinheiro, mas temos de saber para quê. Portanto, é preciso saber em que circunstâncias é que o pinheiro bravo está bem ou o eucalipto está bem. Na minha zona, por exemplo, não. Tenho lá eucaliptos que até lhos dou, se quiser.

Algumas medidas do Governo para o setor

Banco Nacional de Terras

Agrega o património rústico do Estado e sem dono conhecido. O Estado pode assumir a gestão, ou cedê-la a título provisório a entidades de gestão florestal (EGF) ou outras.

Fundo de Mobilização de Terras

É constituído a partir das receitas da venda e arrendamento das propriedades do Banco de Terras. Destina-se à aquisição de novo património, que será incorporado no Banco de Terras e disponibilizado para venda ou arrendamento a agricultores, preferencialmente jovens.

Sistema de Informação Cadastral Simplificada

É criada uma plataforma eletrónica de relacionamento entre o proprietário e a Administração (BUPi) que visa disponibilizar num só local e promover a identificação dos prédios e a alteração da informação. Para os 10 concelhos-piloto (Alfândega da Fé, Caminha, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penela, Proença-a-Nova e Sertã) foram disponibilizados pelo Governo dois milhões de euros. O número de parcelas agrícolas registadas nos 10 municípios é de 60 958, cobrindo uma área na ordem dos 22%.

Regime de reconhecimento das entidades de gestão florestal (EGF)

As EGF devem integrar uma área mínima de 100 hectares, com pelo menos 50% das propriedades com área inferior a cinco hectares. As EGF e respetivos sócios beneficiarão de acesso preferencial a propriedades integradas no Banco de Terras e terão acesso a incentivos e isenções fiscais e emolumentares através da redução das taxas sobre os lucros provenientes da atividade florestal e de vários benefícios fiscais em sede de IRC, IRS, IMT e Imposto de Selo e Mais-Valias. Está prevista uma redução de 75% do valor dos emolumentos para atos de registo de propriedades rústicas destinadas à exploração florestal.

Zonas de Intervenção Florestal (ZIF)

O processo de constituição é simplificado, fixando a sua área máxima em 20 mil hectares, reduzindo a mínima de 750 para 500 hectares, diminuindo de 50 para 25 o número mínimo de constituintes das ZIF e encurtando de 100 para 50 o número mínimo obrigatório de parcelas de terreno que integram as ZIF. Também se permite que integrem parcelas de diferentes concelhos.

Centrais de Biomassa

Atribuem-se aos municípios potências disponíveis para produção de energia, com preços apoiados, a partir de Biomassa Florestal Residual (BFR).

Portugal exporta 8000 toneladas de pera rocha para o Lidl da Alemanha

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Um protocolo criado em 2016 entre a associação Portugal Fresh – Associação para a Promoção das Frutas, Legumes e Flores de Portugal, a ANP - Associação Nacional de Produtores de Pera Rocha e a cadeia de supermercados Lidl para exportar pera rocha para a Alemanha vai permitir escoar mais de 8000 toneladas daquele fruto para o país de Angela Merkel até ao final do primeiro trimestre de 2018.

“Na campanha 2017/2018 já foram ultrapassados os nossos objetivos e, até ao final de março, vamos enviar mais de 400 camiões de pera rocha” para as mais de 3500 lojas Lidl alemãs, revela à “Vida Económica” Gonçalo Andrade, presidente da Portugal Fresh – Associação para Promoção das Frutas, Legumes e Flores, referindo-se ao sucesso da criação do agrupamento complementar de empresas Fresh Fusion, que agrega mais de 15 organizações de produtores de pera rocha que, por sua vez, representam mais de 1000 produtores daquele fruto.

A Alemanha tem, na verdade, uma importância crescente para as frutas portuguesas, quer como destino direto de exportações, quer como geografia onde têm lugar alguns dos maiores certames mundiais do setor, que atraem àquele país milhares de expositores, compradores e interessados dos cinco continentes. A Semana Verde de Berlim é um deles. Este ano, teve lugar entre 19 e 28 de janeiro e juntou mais de 1600 empresas e organizações de todo o mundo. Lá marcou também presença a ANP - Associação Nacional de Pro-

dutores de Pera Rocha, que pretende divulgar a pera rocha junto dos consumidores internacionais e reforçar as exportações em cinco mercados considerados estratégicos: Alemanha, França, Reino Unido, Brasil e Espanha. O objetivo é valorizar este fruto português, aumentando a sua visibilidade fora do país.

Entre janeiro e novembro de 2017 as exportações de pera rocha ultrapassaram os 82,4 milhões de euros, um aumento de 19% em comparação com 2016. Com as ações de promoção e divulgação que estão previstas, a ANP espera alcançar os 100 milhões de euros de exportações em 2019, o que equivale a um crescimento de 21% face ao valor atual das vendas internacionais deste fruto, único no mundo e apenas produzido em Portugal.

Brasil, Reino Unido, França, Alemanha e Marrocos são, por esta ordem, os principais destinos da pera rocha, absorvendo 81% do valor das exportações. Só o mercado alemão registou um crescimento de 90%, atingindo perto de 8,2 milhões de euros em exportações.

Estas ações de promoção inserem-se no projeto de promoção global da pera rocha nos mercados externos da ANP, associação criada em 1993 e representa cerca de 86% da produção de pera rocha em Portugal. É cofinanciado pelo Compete 2020 no âmbito do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização e prevê um investimento global de 430.902 euros, financiado em 85% pelo FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e inclui a realização de ações de promoção e comunicação.

Também no segmento das flores e



plantas Portugal está a dar cartas. Em finais de janeiro, quatro empresas portuguesas produtoras de plantas e flores – Bayflor, Colossus Plants, Viplant e Viveiros Monterosa – expuseram na IPM Essen, o maior evento mundial do setor, também na Alemanha, onde acorreram cerca de 45 mil visitantes profissionais para contactar os 1577 expositores de 45 países ali presentes. As exportações portuguesas de plantas e flores cresceram 4% entre janeiro e novembro de 2017, face ao mesmo período de 2016, para um total de 70,7 milhões de euros. A Holanda, Espanha, Itália, França e Reino Unido são os principais destinos da produção nacional. Só Holanda e Espanha representam perto de 70% do total.

Fruit Logistica de Berlim acolhe 39 organizações portuguesas

Certo é que as exportações de frutas, legumes e flores de Portugal vão muito além das flores e da pera rocha.

No total, os frutos, legumes e flores exportados para o exterior alcançaram, até 30 de novembro, 1365,7 milhões de euros de vendas, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) citados pela Portugal Fresh.

Os números permitem contabilizar um aumento de 16% nas exportações, por comparação ao período homólogo (1174,6 milhões de euros até novembro de 2016). Espanha, França, Reino Unido, Holanda e Alemanha são, por esta ordem, os principais destinos

das frutas, legumes e flores de Portugal, com as vendas para estes países a aumentarem em 2017, respetivamente, 20%, 18%, 18%, 10% e 14% face a 2016. E estes números podem crescer. Na próxima semana, entre os dias 7 a 9 de fevereiro, a associação Portugal Fresh leva a Berlim, à Fruit Logistica, considerada a maior feira de frutas e legumes do mundo – 3077 expositores de 84 países e 76 238 visitantes profissionais de 130 países na edição do ano passado –, 39 organizações portuguesas: 25 empresas, seis associações e sete parceiros, que ficarão instalados num stand conjunto com 445 metros quadrados de área.

“A nossa expectativa não é agora tanto crescer em área de exposição, mas consolidar a nossa participação neste certame e as nossas exportações”, explica Gonçalo Andrade, frisando a importância de serem criados mais agrupamentos complementares de empresas para “concentrar a oferta” e “potenciar as vendas”.

Prodexpo em Moscovo acolhe 37 empresas portuguesas

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Moscovo acolhe, de 8 a 12 de fevereiro, 37 empresas portuguesas do setor agroalimentar e bebidas, que vão expor os seus produtos na 25ª edição da feira Internacional PRODEXPO, um certame identificado como a mais importante mostra de produtos alimentares e bebidas dos mercados da Rússia e dos países CEI (Comunidade dos Estados Independentes). É organizada pela empresa Expocentre e conta com o apoio do Ministério russo da Agricultura e com o patrocínio da Câmara de Comércio e Indústria da Rússia.

A Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP) organiza a participação, num stand coletivo, de 16 produtores de vinhos: Adega de Favaios, Casa Santos Lima, Caves Santa Marta, Ermelinda Freitas, Adega de Ponte de Lima, Adega de Vermelha, Adega de Pegões, DFJ Vinhos, Manuel Costa & Filhos, Manzwine, Quinta da Raza, Quinta das Arcas, Casa de Vila Nova, Viniverde, Sogrape e Vercoope.

Por sua vez, a empresa PORTO UNION marcará presença na PRODEXPO pelo sétimo ano consecutivo, consideran-

do que o certame é “de participação obrigatória para qualquer empresa que queira afirmar-se no mercado russo” e aumentar a rede de contactos comerciais e perspetivar futuros negócios.

No stand da PORTO UNION estarão presentes produtores nacionais de várias categorias alimentares: a Dan Cake, com a gama de bolachas e bolos; a Sovena, através das marcas de azeite e azeitonas Olivari e Fontoliva, a Ramirez com as conservas de peixe, a José Maria da Fonseca, nos vinhos, a Cerealis, nas massas, a Sumol+Compal, nos sumos naturais e enlatados vegetais, e a Vieira de Castro com as bolachas.

Com stands individuais participarão ainda as Caves Campelo, Manoel D. Poças Júnior e Amorim & Irmãos.

A PRODEXPO 2018 terá uma área de exposição de cerca de 100 mil m2 e contará com cerca de 2200 expositores originários de 62 países. Divide-se nas seguintes seções temáticas por tipo de produto: alimentação saudável; bebidas alcoólicas (espíritos e aguardentes, vinhos, bebidas com baixo teor alcoólico); bebidas não alcoólicas, sumos e águas minerais; carnes e produtos de carne, enchidos, carne de aves,

ovos; cereais e grãos, massas alimentícias, condimentos e especiarias; chás, cafés e tabaco; confeitaria, pastelaria e padaria, snacks e frutos secos; congelados e preparados alimentícios; con-

servas, molhos e similares; gorduras vegetais; laticínios e queijos; mercearia fina, produtos para restaurantes, casas comerciais; peixe e mariscos; salão de gelados e sorvetes.

Balança comercial de bens e serviços de Portugal para a Rússia

(10 ⁶ EUR)	2012	2013	2014	2015	2016	Var.% 16/12 ^a	Var.% 16/15 ^b
Exportações	349,3	440,0	381,3	298,6	250,4	-6,3	-16,1
Importações	482,8	988,2	710,8	637,1	1172,7	37,6	84,1
Saldo	-133,6	-548,1	-329,5	-338,5	-922,3	-	-
Coef. Cobertura (%)	72,3	44,5	53,6	46,9	21,3	-	-

FONTE: Banco de Portugal.

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2012/2016

(b) Taxa de variação homóloga 2015/2016

Principais fornecedores

Mercado	2014		2015		2016	
	Quota (%)	Posição	Quota (%)	Posição	Quota (%)	Posição
China	17,7	1 ^a	19,3	1 ^a	20,9	1 ^a
Alemanha	11,5	2 ^a	10,4	2 ^a	10,7	2 ^a
EUA	6,5	3 ^a	6,3	3 ^a	6,1	3 ^a
Bielorrússia	4,3	5 ^a	4,4	4 ^a	5,2	4 ^a
França	3,7	8 ^a	3,0	8 ^a	4,7	5 ^a
Portugal	0,20	53^a	0,22	55^a	0,22	54^a

FONTE: International Trade Centre (ITC).

Parlamento Europeu rejeita cortes na PAC no pós-2020



Sofia Ribeiro, eurodeputada do PSD e membro da Comissão de Agricultura do Parlamento Europeu.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Ao longo das últimas três décadas, o orçamento da Política Agrícola Comum (PAC) caiu de 75% do Quadro Financeiro Plurianual para apenas 38%. Por outro lado, com a saída do Reino Unido (RU) da União Europeia (UE), o impacto no orçamento europeu estima-se que seja de cerca de 4,1 mil milhões de euros líquidos anuais apenas na agricultura.

Em face disto, a Comissão de Agricultura no Parlamento Europeu elaborou um relatório, pela mão da eurodeputada Sofia Ribeiro (PSD), que rejeita "qualquer corte nas verbas para a PAC no próximo quadro financeiro plurianual pós-2020". O documento foi aprovado esta semana "por larga maioria". Em declarações à "Vida Económica", a eurodeputada está otimista: "como é uma posição praticamente unânime do Parlamento Europeu, é muito difícil que não seja aprovado" pela Comissão.

O relatório agora aprovado defende que a UE deve encontrar formas de financiamento para as suas novas prioridades (segurança e defesa) e não comprometer o orçamento da PAC, em resultado da quebra estimada de 4,1 mil milhões de euros líquidos anuais devido ao 'Brexit'.

O documento aprovado na Comissão de Agricultura do Parlamento Europeu defende ainda que se deve continuar o processo de convergência dos pagamentos diretos do primeiro pilar da PAC, "de modo a existir um equilíbrio na sua atribuição entre os Estados-membros", o que "beneficiaria Portugal". Além disso, é também feito um alerta à Comissão para o "perigo da renacionalização de uma PAC que é um dos pilares fundamentais da UE".

Os eurodeputados aprovaram também a criação de um novo envelope financeiro complementar à PAC para "responder às várias crises cíclicas" que atingem os setores agrícolas mais sensíveis, como o leite, a carne de porco, as frutas e os vegetais e o apoio ao rejuvenescimento do setor. E ainda decidiram o "aumento do envelope do POSEI", o programa que substituiu o primeiro pilar da PAC nos Açores e Madeira, exigindo-se também que

a Comissão Europeia apresente uma proposta de quadro jurídico europeu para a cadeia de abastecimento alimentar na UE, para combater as práticas comerciais desleais.

Questionada pela "Vida Económica" sobre se as recomendações contidas neste relatório têm hipótese de vingar, Sofia Ribeiro explica que "esta é a posição do Parlamento Europeu para as negociações do próximo Quadro Financeiro Plurianual" e que "estas recomendações, para além de fazerem parte do relatório agora votado pela Comissão de Agricultura, estão também plasmadas no relatório da Comissão de Orçamentos". Assim sendo, "esta é a posição do Parlamento e que tem como objetivo influenciar a proposta da Comissão Europeia que será conhecida já em maio".

Após a apresentação da proposta da Comissão e do Conselho, dar-se-á início às negociações entre as três entidades, mas, explica a eurodeputada portuguesa, "como esta é uma posição praticamente unânime do Parlamento Europeu, é muito difícil que não seja aprovada" pela Comissão. Sofia Ribeiro faz, aliás, questão de frisar que esta votação é "um forte sinal" que o Parlamento Europeu envia à Comissão de que o "setor agrícola é um dos pilares mais importantes da UE e que precisa de ser financiado adequadamente".

A eurodeputada explica ainda que "estamos contra as tentativas de renacionalização da PAC ou de qualquer cofinanciamento nacional dos pagamentos diretos". Tanto mais porque, "com as incertezas do 'Brexit', temos a certeza de que precisamos de mais Europa para defender a PAC e garantir que nossos agricultores possam continuar a produzir alimentos de alta qualidade a preços acessíveis para os consumidores da UE".

Recorde-se que a PAC representa menos de 0,4% da despesa pública total da UE e dos Estados-membros. A agricultura e a indústria agroalimentar representam 16% do volume total de negócios da indústria europeia e mais de 44 milhões de empregos em toda a cadeia alimentar. Desses, 10 milhões de empregos vêm diretamente da agricultura e dos 11 milhões de explorações agrícolas, que asseguram um valor anual de 130 mil milhões por ano em exportações.

ANPROMIS PEDE AO GOVERNO PARA "SIMPLIFICAR PROCESSOS" E "AGILIZAR O RECONHECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES DE PRODUTORES"

Portugal quer aumentar grau de auto-provisionamento do milho para 50%

Depois dos colóquios de Beja (2014), Lisboa (2015), Ponta Delgada (2016) e do XI Congresso Nacional do Milho novamente em Lisboa (2017), este ano, o Colóquio Nacional do Milho da ANPROMIS - Associação Nacional de Produtores de Milho e Sorgo vai ter lugar a 7 de fevereiro, na Póvoa de Varzim. A Associação diz tratar-se de uma região em que esta cultura assume particular importância na vertente da silagem para alimentação animal. E por lá são esperados vários oradores, assim como 450 participantes de todo o país.

Em entrevista à "Vida Económica", o presidente da ANPROMIS faz questão de realçar os contributos recolhidos pelo grupo de trabalho criado pelo Ministério da Agricultura para desenhar a nova Estratégia Nacional para a Promoção da Produção de Cereais. E, a propósito, lança um desafio ao Governo: o objetivo é aumentar o grau de auto-provisionamento dos atuais 35% para cerca de 50%. Mas, para isso, é preciso "simplificar processos" e "agilizar o reconhecimento das organizações de produtores".

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Vida Económica - Como está a nossa balança comercial em matéria de cereais?

José Luís Lopes - O nosso país é historicamente dependente da importação de cereais, mas, se os níveis de auto-provisionamento eram de 60%

em 1989, a diminuição da produção e o aumento das necessidades conduziram a um valor atual particularmente baixo (cerca de 25%), constituindo uma preocupante singularidade no contexto europeu. Na realidade, ao nível da União Europeia apenas o Chipre, Malta e a Holanda têm valores inferiores aos nossos, sendo que, no caso holandês, o consumo excepcionalmente elevado que se verifica neste Estado-membro, devido à importância da pecuária intensiva, justificam estes números.

No caso do milho, o grau de auto-provisionamento nacional ronda os 35%, sendo que, no caso do trigo, o valor é consideravelmente inferior (cerca de 7%). Esta realidade é, assim, extremamente preocupante e carece de ser invertida no mais curto espaço de tempo, sob pena de o nosso país ficar irremediavelmente exposto às estratégias comerciais dos principais países exportadores.

VE - Como sabe, o Governo criou um grupo de trabalho, na tutela do GPP, para incentivar a produção de cereais em Portugal? Há potencial de crescimento nesta área? E em que regiões do país?

JLL - A criação por parte do Governo do grupo de trabalho que vai definir a Estratégia Nacional para a Promoção da Produção de Cereais constitui, para a ANPROMIS um motivo de regozijo e um sinal de alento para o futuro. A ANPROMIS envolveu-se desde a primeira hora na construção de um documento que efetivamente constitua uma mais-valia para o nosso setor, tendo sido propostas cerca de 20 medidas bastante abrangentes. Este grupo de trabalho é liderado pelo Gabinete de Planeamento e Políticas, na pessoa do engenheiro Luís Souto Barreiros, integrando o Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (INIAV), a Associação Nacional dos Produtores de Cereais e Oleaginosas (ANPOC), a Associação dos Orizicultores de Portugal (AOP) e, obviamente, a ANPROMIS. No caso do milho, as medidas propostas têm por objetivo aumentarmos o grau de auto-provisionamento dos atuais 35% para cerca de 50%.

"Apesar das boas produtividades obtidas por hectare, certos custos de contexto que temos no nosso país, entre os quais a água e a energia, penalizam-nos muito seriamente"

gado pelo Gabinete de Planeamento e Políticas, na pessoa do engenheiro Luís Souto Barreiros, integrando o Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (INIAV), a Associação Nacional dos Produtores de Cereais e Oleaginosas (ANPOC), a Associação dos Orizicultores de Portugal (AOP) e, obviamente, a ANPROMIS. No caso do milho, as medidas propostas têm por objetivo aumentarmos o grau de auto-provisionamento dos atuais 35% para cerca de 50%.

VE - E como é que isso se consegue?

JLL - Por via não só de um acréscimo da produtividade das nossas searas, como também da instalação desta cultura nas novas áreas que vão surgindo, como é o caso do Alqueva.

VE - Justamente em relação a isso, como sabe, a rentabilidade da produção de milho depende do acesso à água e do seu uso eficaz. Ora, Portu-

gal atravessou — e atravessa ainda, nalgumas regiões — um período de seca extrema e a dificuldade de acesso à água tem sido um problema sério. Como é que o setor tem enfrentado esta situação?

JLL - Antes de mais, importa realçar que as alterações climáticas são uma realidade indelével e que, segundo os estudos disponíveis, os países mediterrânicos vão ser dos mais afetados da União Europeia. A crescente irregularidade na precipitação, que se traduz em longos períodos de seca, como o que atravessamos atualmente, alterna com fases em que a precipitação é muito intensa e concentrada, condicionando a produção agrícola. O setor agrícola tem, assim, de estudar a melhor forma de se adaptar a estas novas condições de produção.

VE - Em que regiões do país é que o problema da seca mais se faz sentir?

JLL - A seca que está a assolar o nosso país tem-se feito sentir por todo o território português, com sérias implicações na agricultura nacional. Nas explorações localizadas a Sul, a falta de precipitação, que dura há já dois anos, não tem permitido

repor as necessárias reservas de água da maioria das barragens privadas, impossibilitando a instalação das culturas regadas. Esta limitação penalizou de forma muito sensível a área de milho instalada no Alentejo em 2016 e 2017, tendo alguns agricultores tido que optar por culturas menos exigentes em água.

VE - Em relação aos preços e à cotação internacionais do milho, que tendências se têm registado?

E que fatores condicionam a evolução dos preços?

JLL - As baixas cotações que se têm verificado nos últimos anos no mercado mundial de cereais, fruto de um aumento dos 'stocks' globais, têm prejudicado muito seriamente o

rendimento dos produtores nacionais de milho. Apesar das boas produtividades obtidas por hectare, certos custos de contexto que temos no nosso país, entre os quais a água e a energia, penalizam-nos muito seriamente.

VE - Em que medida é que o grupo de trabalho para a promoção da produção de cereais pode dar um contributo nesse sentido?

JLL - Algumas das medidas propostas na Estratégia Nacional para a Promoção da Produção de Cereais passam por ações tão simples como a simplificação do processo de licenciamento de infra-estruturas hidráulicas ou a criação de uma comissão técnica de acompanhamento permanente que permita a agilização do processo de reconhecimento das organizações de produtores.

VE - Há boas perspectivas para 2018 e para o futuro no que respeita à produção de milho em Portugal?

JLL - Os produtores nacionais encontram-se entre os mais produtivos da Europa. A capacidade de inovação e de investimento em novas tecnologias são uma marca que nos acompanha nas últimas décadas e que tem permitido atingir ganhos de produtividade assinaláveis. No entanto, a nossa aposta passa agora pela valorização do grão produzido no nosso país. Nos últimos anos, foi efetuado um assinalável esforço por parte das organizações de produtores, nossas associadas, que se traduziu na crescente quantidade de milho que tem sido comercializada com destino à alimentação humana.



José Luís Lopes, presidente da ANPROMIS — Associação Nacional de Produtores de Milho e Sorgo.

Área de milho grão teve "uma acentuada redução"

O milho é, no contexto agrícola português, a mais importante cultura arvense, e é, destacadamente, aquela que mais explorações agrícolas agrega. De acordo com a ANPROMIS, a nível nacional, "o milho é o cereal com maior expressão", ocupando uma área que ronda os 115 mil hectares (68 mil hectares de milho para grão e 47 mil hectares de milho para silagem). O milho representa, assim, "cerca de 40% dos cereais que são semeados no nosso país, confirmando sua

importância no setor agrícola nacional", refere o presidente da estrutura, José Luís Lopes.

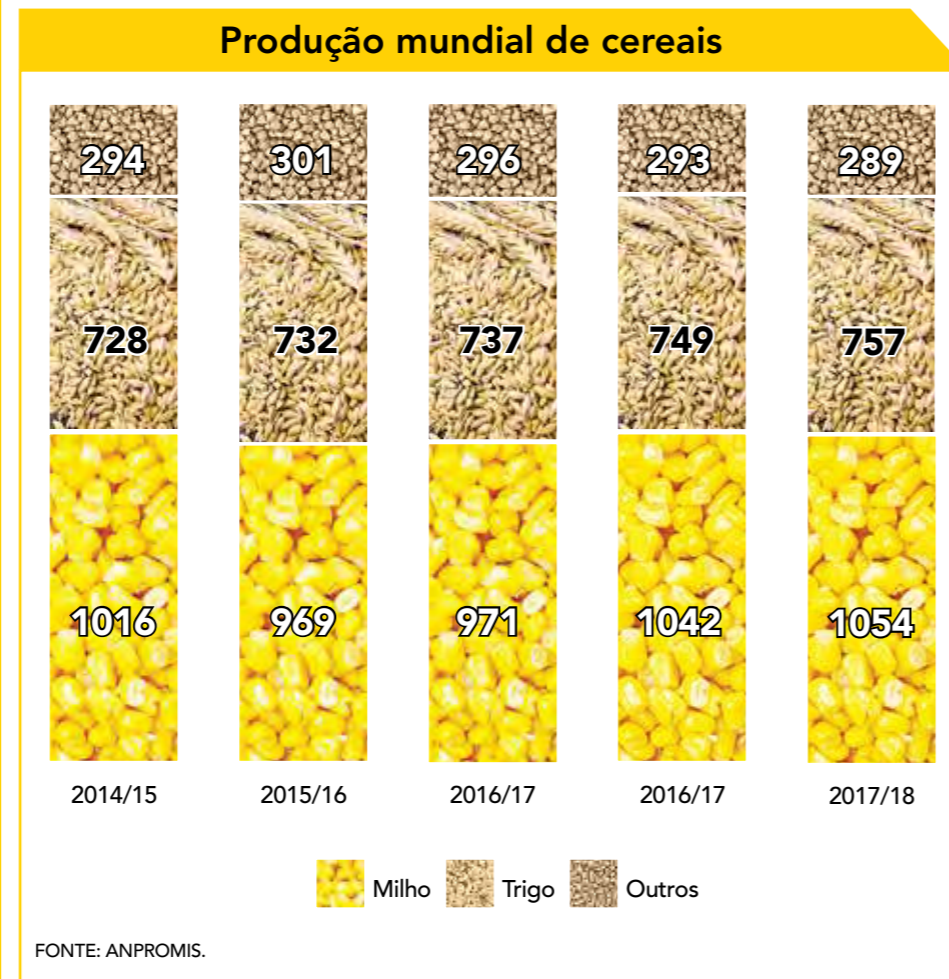
O dirigente associativo reconhece que, nos últimos anos, a área de milho grão teve "uma acentuada redução, fruto dos baixos preços pagos à produção, devido às boas produções que se verificaram nos principais países exportadores, permitindo um aumento dos stocks mundiais". Ao contrário, no caso do milho para silagem, que representa o principal alimento do

efetivo leiteiro nacional, "a área tem-se mantido relativamente constante".

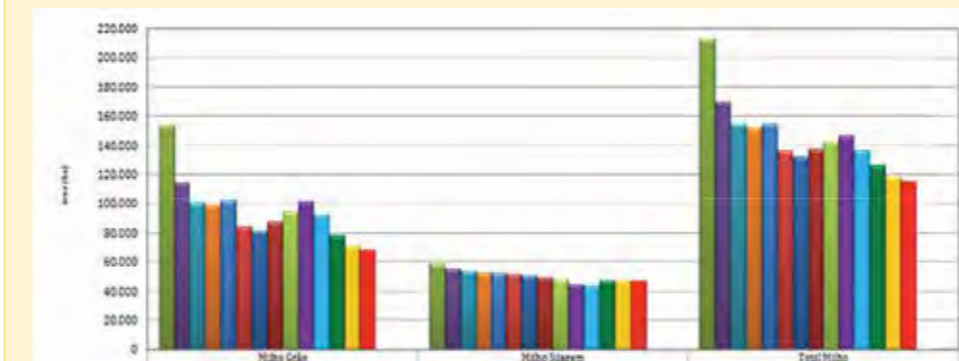
Na verdade, o milho que é semeado em Portugal tem duas utilizações distintas. Por um lado, o milho para silagem, que constitui a base da alimentação do efetivo leiteiro nacional, e, por outro, o milho para grão, cujo destino é a indústria

de alimentos compostos para animais e a indústria agroalimentar.

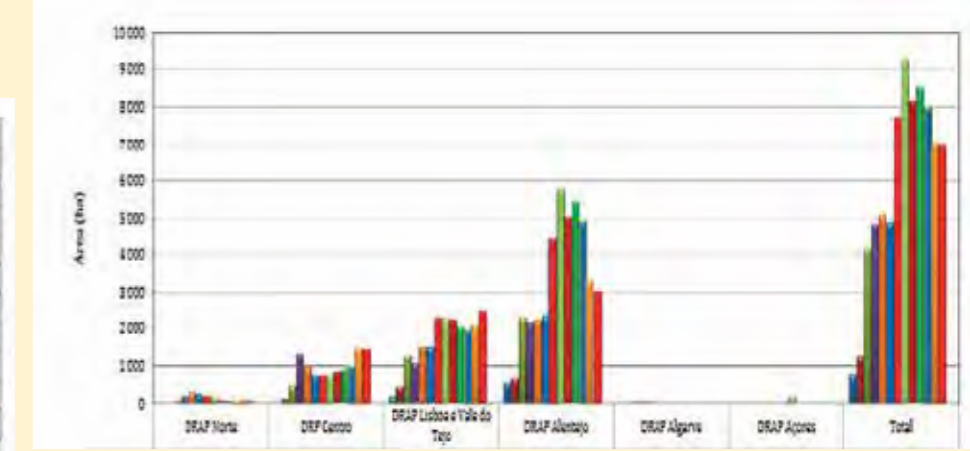
Diz o presidente da ANPROMIS que, "considerando a boa qualidade do grão nacional, por todos reconhecida, este último mercado tem ganho um maior e preponderante relevo na transformação em amidos, griz, etc".



Evolução das áreas de milho Total nacional (grão/silagem) 2004-2017



Evolução das áreas de milho geneticamente modificado em Portugal (2005 a 2017)



CÂMARA AGRÍCOLA LUSÓFONA QUER FAZER O 'MATCH' ENTRE EMPRESÁRIOS DOS PALOP, BRASIL E PORTUGAL

Portugal acolhe encontro de empresários do agroalimentar da CPLP

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

A CAL – Câmara Agrícola Lusófona, que agrega perto de 400 empresas associadas e é tida como a maior plataforma do agronegócio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), organiza na próxima semana, entre os dias 5 e 9 de fevereiro, um encontro de empresários de língua portuguesa. A Gulbenkian acolherá representantes de estruturas associativas e empresariais oriundas dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) e do Brasil para vários seminários e reuniões B2B, a que se seguirão, nos dias 7 e 8, várias visitas a empresas portuguesas do agroalimentar.

Está prevista a “participação de mais de 300 pessoas”, revelou à “Vida Económica” o presidente da CAL, Jorge Correia Santos, avançando que também está confirmada a presença de vários ministros da Agricultura dos PALOP, assim como o diretor-geral da FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, José Graziano da Silva, e o presidente do Banco Africano para o Desenvolvimento (BAD), Akinwumi Adesina.

“Há neste momento um enorme potencial económico para as nossas empresas do setor agroalimentar” no que respeita às relações comerciais com estes países de expressão portuguesa, refere o presidente da CAL, frisando que o objetivo é a realização de negócios com vista a “aumentar a exportação de produtos portugueses para os PALOP, cujo ‘deficit’ ultrapassa os cinco mil milhões de euros anualmente”. Fa-



zer o ‘match’ entre empresários dos diversos países PALOP e Portugal é, pois, a meta a atingir. Exportar e internacionalizar são, para a CAL, “as palavras de ordem”.

“Só Moçambique, por exemplo, importa anualmente 1,2 mil milhões de euros de produtos agroalimentares por ano, mas Portugal apenas exporta para lá cerca de 70 milhões de euros” de produtos, refere Jorge Correia Santos como exemplo da oportunidade que este mercado africano representa.

Questionado sobre Angola e as dificuldades comerciais de Portugal com aquele país nos últimos anos, o responsável da CAL não tem dúvidas: “os mercados de África têm todos eles constrangimentos. Há riscos políticos. No entanto, Angola, por exemplo, é uma potência para o setor agroalimentar e ainda importa cerca de 5000 mil milhões de euros de produtos alimentares todos os anos, o que representa um grande potencial para as nossas empresas”.

É certo que o Governo angolano está apostado em diversificar a economia através do investimento no setor agrícola e agroalimentar, mas o presidente da CAL até aí vê uma oportunidade para Portugal. “Temos vindo a sensibilizar as empresas portuguesas que não se devem preocupar apenas em exportar e enviar contentores de produtos para Angola, mas também em investir lá, em criar escritórios de representação, montar unidades de transformação”.

Quanto às dificuldades de pagamento que têm sido relatadas por empresários com negócios em Angola, Jorge Correia Santos garante que “as empresas portuguesas já começam a receber; vários dos nossos associados têm vindo a receber os seus créditos; Angola já começa a fazer pagamentos”, diz. Aliás, ciente do potencial daquele mercado, o presidente da CAL revela que estão até a preparar uma missão empresarial ao país para maio. “Angola tende a estabilizar”, diz este responsável.

Empresas portuguesas têm 95,2% de mercado por explorar dentro da CPLP

No documento “Relações comerciais do agronegócio na CPLP” publicado em 2016, a que a “Vida Económica” teve acesso, a CAL traça um quadro social e económico dos países da CPLP e das relações comerciais entre os vários Estados. Estamos em presença de uma comunidade de nove países, abrangendo quatro continentes e com uma população de cerca de 250 milhões de pessoas.

Reconhecendo que “há diferenças assinaláveis” ao nível do desenvolvimento económico e produtivo, nos diversos países, “capaz de justificar, por si só, os reduzidos valores das inter-relações comerciais”, a CAL faz notar que o agronegócio, em Portugal, tem tido “um desenvolvimento assinalável nos últimos anos graças ao crescimento das exportações para todo o mundo”. No entanto, “em termos da CPLP, os números são surpreendentemente baixos”, com a CPLP a corresponder somente a 10% das exportações portuguesas.

Vendo a questão pelo ponto de vista dos demais países da CPLP, como importadores, “o valor ainda é mais impactante”, refere a CAL neste docu-

mento, frisando que “Portugal só fornece 4,8% das suas compras”. Ou seja, “há 95,2% de mercado por explorar, dentro da CPLP, pelas empresas portuguesas”.

A CAL realça que a CPLP, como destino das exportações portuguesas do agronegócio, não deve ser vista como um todo, pois “há variações significativas entre os países”, quer em função da respetiva dimensão, desenvolvimento ou prosperidade, mas, também, fruto da “existência de laços bilaterais de maior integração relacional”. Assim, em termos do peso das exportações portuguesas em relação às restantes, aparecem destacados os mercados de São Tomé e Príncipe e Cabo Verde. Se Portugal representou, em 2015, para o primeiro, 60,51% dos seus fornecimentos, para o segundo representa 48,49%, diz a CAL, notando que, “em termos absolutos, os valores são baixos, refletindo o pequeno tamanho daquelas economias: 27,95 milhões de euros e 80,63 milhões, respetivamente”.

“Angola é o nosso maior comprador da CPLP, mas as importações têm vindo a diminuir, tendo, em 2015, ficado por

688,8 milhões de euros”, refere a CAL neste documento. No entanto, e “apesar deste valor parecer alto, na verdade representa apenas 21,93% das importações angolanas”.

Por seu lado, “Moçambique será a maior surpresa, pois as suas importações são cerca de 2/3 das de Cabo Verde”, refere a CAL. Apesar do primeiro ser “um país muitíssimo maior do que o segundo, as suas compras do agronegócio a Portugal ficam-se pelos 55 milhões de euros”. Já o Brasil, Guiné Equatorial e Timor Leste são, para a CAL, “os mercados a desenvolver”. No caso do primeiro, as exportações sendo relevantes para Portugal – 317,95 milhões de euros –, em termos do Brasil são “uma gota de água”: 1,6% do total. Para os dois restantes, as exportações não chegam aos três milhões de euros cada.

Recorde-se que, em 2015, a economia portuguesa importou cerca de 15 mil milhões de euros, em termos do agronegócio, segundo a CAL. Desse valor, apenas 3,14%, ou seja, 470 milhões de euros, foram adquiridos aos demais países da CPLP.

Madeira queimada do pinhal de Leiria rende 33 milhões

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Estado colocou à venda a madeira queimada aquando dos incêndios que consumiram cerca de 80% dos 11 mil hectares de pinhal de Leiria. O encaixe financeiro pode ascender a mais de 33 milhões de euros, de acordo com o presidente do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, Rogério Rodrigues. O pinheiro-bravo constitui a grande maioria do lote, havendo também eucaliptos, carvalhos, castanheiros e acácias.

Em janeiro, o ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, Luís Capoulas Santos, também apresentou para o setor privado medidas de apoio à criação de parques de armazenamento de madeira, na sequência dos mesmos incêndios. Os incentivos resultam de um processo negocial em que o Executivo envolveu os municípios, a produção, a indústria e os prestadores de serviços florestais. O montante total dos apoios ascende a 10 milhões de euros.

Será apoiada a criação de dois tipos de parques de madeira. Um, considerado “prioritário”, é o da madeira de serração, a cujos produtores será concedido um apoio financeiro de quatro euros



por tonelada. Para os parqueadores o apoio é de três euros por tonelada, mas desde que, quer no pagamento ao produtor, quer na entrega no parque, sejam respeitados preços mínimos de 25 e 46 euros, respetivamente.

Ao mesmo tempo, será atribuído um apoio de três ou de 3,5 euros por tonelada da madeira depositada nestes parques e desde que neles fique armazenada pelo menos nove meses. O intuito é evitar que, com o excesso de oferta imediata que agora se verifica, haja “um enorme aviltamento dos preços”, revelou o ministro da Agricultura.

Será igualmente atribuído um montante financeiro destinado à criação dos parques para a madeira que se destina à trituração, no valor de um euro e meio por tonelada, com um limite de 250 mil euros por parque.

Dos contactos já estabelecidos com os representantes da fileira e também com as autarquias, organizações de produtores e associações, o Governo tem a expectativa de poder criar, “a curto prazo, entre 25 a 30 parques de madeira no caso da serração e, pelo menos, seis no que diz respeito à madeira de trituração”.